



PERMANÊNCIA ESTUDANTIL É PRA ONTEM!

Contra as mudanças propostas ao Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil (PAPFE)!

Para nós do DCE Livre da USP Alexandre Vannucchi Leme, gestão *É Tudo Pra Ontem*, a Permanência Estudantil na universidade é uma pauta central. A crise econômica, o aumento no custo de vida da população e, principalmente, a democratização e a mudança no perfil dos estudantes impõem à universidade responsabilidades que não podem seguir sendo negligenciadas. É urgente avançar com as atuais políticas de Permanência Estudantil da USP e construir uma universidade para o povo trabalhador!

Apesar de muitos avanços nos últimos anos, especialmente graças à mobilização dos estudantes e à política de cotas implementada com muito atraso, a USP ainda é profundamente elitista. Esse é um fato incontestável em um semestre em que, enquanto a USP guardava mais de um bilhão de reais de superávit (R\$1,38 bilhão) em um fundo emergencial, os estudantes do CRUSP não tinham água sequer para tomar um banho.

Enfrentamos no Brasil uma séria crise econômica, agravada pela desastrosa política do governo de Jair Bolsonaro. Em 2021, mais de 47 milhões de brasileiros encontravam-se na pobreza, e o índice de desemprego da população atingiu 9,8%. Entre os jovens de 18 a 24 anos, a taxa de desemprego é de aproximadamente 22,8%, bem mais elevada que a média geral. No Estado de São Paulo o custo de vida também aumentou, como podemos perceber nos exorbitantes valores dos aluguéis e no preço da cesta básica, que ultrapassa os R\$600.

Nos arredores da Cidade Universitária, no Campus Butantã, por exemplo, não há aluguel que seja pago com os R\$500 oferecidos como Auxílio Moradia pela USP. O atual valor foi obtido com base em um ajuste para o início de 2022 de apenas R\$100, um aumento que não cobre nem a inflação dos últimos anos e está muito aquém do necessário à realidade dos estudantes, após as bolsas terem permanecido estagnadas em R\$400 de 2013 até 2021.

Esse ano o orçamento aprovado pela universidade foi de R\$7,5 bilhões, o maior do país. Em 2021, houve um superávit orçamentário de R\$1,38 bilhão, aprovado como Reserva de Contingência no Conselho Universitário, cujo uso fica restrito “a situações de excepcional necessidade”. Mesmo com o superávit orçamentário, durante a crise pandêmica os estudantes permaneceram desassistidos em suas moradias estudantis, sem garantia de acesso à internet e equipamentos eletrônicos.

A maior universidade do país precisa ter uma política de permanência estudantil à altura do seu orçamento bilionário, e que corresponda às necessidades dos estudantes. Uma revisão profunda no valor dos auxílios oferecidos pela universidade é mais do que necessária. Ainda sim, muito nos preocupa a proposta realizada pela atual Pró- Reitoria de Inclusão e Pertencimento USP (PRIP) de mudanças no atual Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil (PAPFE).

Identificamos uma série de problemas nessa proposta, que ficou conhecida como PAPFE II, dentre eles:

- a unificação dos benefícios, que não atualiza o valor atual das bolsas;
- as contraprestações, que descaracterizam completamente o conceito de auxílio;
- a diminuição do tempo dos benefícios de 24 para 12 meses;
- o impedimento de estudantes fora do “período ideal” receberem os auxílios;

Por essas e várias outras questões, consideramos o modelo proposto excludente e avaliamos que ele não contempla as necessidades materiais dos estudantes, caminhando na precarização da vida dos estudantes que mais necessitam de suporte e na entrega gradual da USP para os interesses do setor privado. Essa não é a Universidade que queremos, e não é a Universidade que os trabalhadores brasileiros precisam!

Precisamos de uma Universidade que sirva aos interesses dos trabalhadores, e não da iniciativa privada. Uma Universidade cuja prioridade seja a produção do conhecimento para os trabalhadores brasileiros e a permanência dos estudantes de graduação e pós que estão se formando para produzir esse conhecimento. Queremos uma Universidade que contemple ampla gama de atividades culturais, manifestações políticas, prática de esportes, e não uma Universidade que feche os portões dos espaços de lazer e cultura, não uma Universidade que recrimine as festas e as transforme em assunto disciplinar ou penal.

Na mesma Universidade em que a iniciativa privada é convidada a entrar, na mesma Universidade que vai gastar 100 milhões de reais em um distrito tecnológico para grandes empresas, não vamos aceitar que o CRUSP fique sem água por falta de infraestrutura básica, não vamos aceitar que os espaços esportivos sejam fechados, ou que as manifestações políticas sejam proibidas como ocorreu no CAASO e no CCM.

Dito isso, os signatários deste documento reivindicam:

1. Desterceirização dos bandejões da USP, 3 refeições por dia todos os dias da semana e contratação estatutária dos trabalhadores terceirizados;
2. Acesso, em sua integralidade, ao estudo orçamentário e ao ato administrativo que justificam o PAPFE II;
3. Aumento de 100 milhões no orçamento anual da permanência estudantil, destinado para auxílios diretos e indiretos concedidos com base em critérios socioeconômicos;
4. Ampliação anual da quantidade de bolsas existentes, visando contemplar todos os ingressantes de baixa renda;
5. Aumento para R\$1000 nas bolsas de Auxílio Moradia, PUB e PEEG, sem limite de tempo ou exigência de contrapartida;
6. Reajuste anual das bolsas conforme a inflação;
7. Auxílio Financeiro para estudantes das moradias estudantis;
8. Acréscimo de 50% no valor do auxílio para mães;
9. Acréscimo de 50% no valor do auxílio para LGBTQIA+ expulsos de casa;
10. Critério de renda para as bolsas PUB, PEEG e de intercâmbio;
11. Produção e divulgação de dados socioeconômicos de evasão discente;
12. Implementação de uma rede de atenção básica e psicossocial na USP;
13. Criação de um vestibular indígena;
14. Cotas para a Pós-Graduação;
15. Contratação estatutária de funcionários técnico-administrativos;
16. Transporte Público e gratuito nos campi;
17. Cotas para a população TT;
18. Fora PM e da USP;
19. Autonomia dos espaços estudantis, revogando toda resolução e portaria que criminalize festas, manifestações e atividades culturais no interior da universidade.
20. Devolução dos Blocos K e L do CRUSP
21. Comissão Paritária da Reforma Democrática do CRUSP;
22. Novas contratações estatutárias de professores e fim das contratações temporárias;
23. Revogação imediata do Regime Disciplinar da Ditadura e criação de uma Comissão Paritária e livremente eleita para redigir o novo Regime Disciplinar.
24. Garantia da liberdade de organização e manifestação, com o fim das ameaças de punição e os PADs políticos contra os estudantes do CM.